

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021

Opinião

Analizamos as demonstrações financeiras anexas dos Correios de Cabo Verde, S.A.R.L (adiante CCV, S.A.R.L), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de mscCVE 1 880 257 e um total de capital próprio de mscCVE mscCVE 992 221, incluindo um resultado líquido de mscCVE 81714), a demonstração de resultados, a demonstração da variação nos capitais próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, como entidade fiscalizadora, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do CCV, S.A.R.L em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas em Cabo Verde.

Bases para a Opinião

A nossa fiscalização foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do CCV, S.A.R.L nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética do IFAC.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Assim como já foram apontados no parecer anterior, considerando os fatos ocorridos nos anos anteriores e as respetivas deduções efetuados nas contas bancárias sedeadas na Caixa Económica de Cabo Verde, devido aos desfalques de tesouraria, é de extrema relevância a sua averiguação de forma clara e transparente.

Ainda, aponta-se com uma preocupação os saldos das rubricas outras contas a receber e a pagar, que carecem de uma análise mais aprofundada, de modo que possa apurar com firmeza não só os respetivos saldos, conforme a natureza das contas, mas também o cálculo da perda por imparidade, conforme o CIRPC.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de fiscalização

As matérias relevantes de fiscalização são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto de fiscalização das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Procedimento de resposta aos riscos
Saldos dos Clientes	
Assim como foi anotado no relatório anterior, face aos montantes envolvidos, complexidade e nível de julgamento e subjetividade intrínsecos à metodologia e pressupostos utilizados na determinação global da imparidade da carteira de cliente, a rubrica de "Clientes" foi considerada como uma matéria relevante para o trabalho de verificação.	<ul style="list-style-type: none">• Revisão das divulgações efetuadas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Performance económica e financeira global

BALANÇO: Estrutura Patrimonial	2018	2019	2020	2021	%	2018-19	2019-20	2020-21
Ativo Fixo Imobilizado	882 811	968 073	1 054 278	1 267 366	67%	10%	9%	20%
Ativo Circulante	186 531	257 118	187 433	266 257	14%	38%	-27%	42%
Ativo de Tesouraria	142 555	165 463	220 129	346 634	18%	16%	33%	57%
TOTAL	1 211 897	1 390 654	1 461 839	1 880 257	100%	14,8%	5,1%	28,6%
Capital Próprio Ajustado	721 615	868 062	914 163	996 495	53%	20%	5%	9%
CAMPLP								
Capital Permanente	721 615	868 062	914 163	996 495	53%	20%	5%	9%
Passivo Circulante	479 123	522 593	541 581	637 502	34%	9%	4%	18%
Passivo de Tesouraria	11 159	0						
SALDOS FUNCIONAIS								
Fundo de Maneio	-161 196	-100 011	-140 115	-270 871	-14%	38%	-40%	-93%
Necessidade em Fundo de Maneio	292 592	-265 474	-354 148	-371 245	-20%	191%	-33%	-5%
Tesouraria Líquida	131 396	165 463	220 129	346 634	18%	26%	33%	57%

RACIOS DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA EMPRESA	2019	2020	2021
Margem Comercial	88%	94%	90%
CAF/Capital Próprio	18%	7%	10%
CE/Capital Próprio	81%	77%	90%
EV A/Capital Próprio	19%	7%	9%
Rácio de absorção de valores	55%	84%	81%

RACIOS DE RENTABILIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA	2019	2020	2021
Rentabilidade Bruta Vendas	35,6%	17,7%	28,6%
Rentabilidade Operacional	71%	65,9%	77,8%
Rentabilidade Líquida das Vendas	37,6%	18,8%	31%
Rentabilidade de Capital Próprio	14,6%	5,1%	8,20%
Rentabilidade de Ativo Económico	18,0%	6,7%	9,12%

RACIOS DE ESTRUTURA & RISCO	2019	2020	2021
LIQUID.RISK vs Autonomia Financeira	62%	63%	53%
Endividamento Longo Prazo	0,0%	0,0%	0,0%
Endividamento Curto Prazo	38%	37%	34%
Estrutura do Passivo Financeiro - curto prazo	5%	6%	6%

RACIOS DE RISCO FUNCIONAL & FINANCEIRO	2019	2020	2021
Capacidade de Cobertura das Necessidades Económicas Globais	1,24	1,31	1,11
Capacidade de Cobertura das Necessidades Permanentes	90%	87%	79%
Capacidade de Autofinanciamento dos Investimentos	0,16	0,1	0,1
Cobertura dos Encargos Financeiros	311	113	124
Cobertura dos Encargos Financeiro	321	102	98
Cobertura Operacional pelo fluxo de Caixa Gerado	0,90	1,07	0,97

Análise rigoroso à utilização dos fundos, em conformidade com os objetivos previamente traçados.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade auditada, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas em Cabo Verde; (ii) elaboração



Cidade da Praia- Ilha de Santiago - Cabo Verde
NIF: 269836802

do relatório anual do governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, (v) avaliação da capacidade do Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do fiscal pela averiguação das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma fiscalização de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a fiscalização e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de fiscalização que respondam a esses riscos, e obtemos prova de averiguação que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a fiscalização com o objetivo de conceber procedimentos de averiguação que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade auditada;

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de fiscalização obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade fiscalizada para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de averiguação obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade fiscalizada descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da fiscalização incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a averiguação.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

I. Sobre o relatório de gestão

O relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade fiscalizadora, não identificámos incorreções materiais.



Cidade da Praia- Ilha de Santiago - Cabo Verde
NIF: 269836802

CONCLUSÃO E PARECER

O Fiscal Único considera que o Relatório de Gestão satisfaz as divulgações requeridas pelas normas legais estatutárias e pelas orientações tutelares e que as demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o SNCRF, sem prejuízo das reservas por limitação de âmbito consideradas no relatório de auditoria externa e dos aspetos acima apontados pela fiscalização.

Assim, o Fiscal Único dá parecer favorável:

- à aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2021 apresentadas e certificada pelo Contabilista Certificado
- à proposta de aplicação do resultado líquido do exercício conforme a decisão dos acionistas, a serem tomadas na assembleia geral;

Cidade da Praia, 06 de dezembro de 2022.

SMJ e Associados Sociedade de Auditores Certificados Lda.

Representada por:

Silves Jesus Correia Moreira

Auditor Certificado, CRC 33/OPACC





Cidade da Praia- Ilha de Santiago - Cabo Verde
NIF: 269836802

BALANÇO

ATIVO	2018	2019	2020	2021
ATIVO NÃO CORRENTE	850 811	968 073	1 054 278	1 267 366
Terrenos e recursos naturais	14 963	14 963	14 963	14963
Edifícios e outras construções	126 173	115 526	106 244	108482
Equipamento básico	116	1 611	1 352	1094
Equipamento de transporte	7 393	5 214	3 431	27177
Equipamento administrativo	8 649	10 950	12 032	16962
Outros activos fixos tangíveis	43	295	234	12921
Propriedades de investimento	1 898	1 590	1 282	956
Activos intangíveis	1 654	1 654	1 654	13440
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	642 674	770 786	866 483	1023649
Participações financeiras - outros métodos	43 248	45 485	46 604	47722
Outros activos financeiros	4 000			
ATIVO CORRENTE	361 086	422 581	407 561	612 891
Inventários	15 841	11 403	19 314	14238
Clientes	27 752	34 878	29 890	46099
Adiantamentos a fornecedores	78	61	140	643
Estado e outros entes públicos	2 424	5 202	9 028	14843
Outras contas a receber	140 134	205 271	128 493	189761
Diferimentos	302	303	567	673
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros	32 000	32 000	40 000	40000
Caixa e depósitos bancários	142 555	133 463	180 129	306634
TOTAL ATIVO	1 211 897	1 390 654	1 461 839	1 880 257
CAPITAL PRÓPRIO & PASSIVO	2017	2018	2019	2020
CAPITAL PRÓPRIO	695 112	857 260	910 508	992 221
Capital Social	300 000	300 000	300 000	300000
Reservas legais	45 054	45 621	53 728	53728
Outras reservas	90 376	101 135	101 135	101135
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos em activos financeiros	299 264	316 751	316 751	316751
Resultados transitados	-50 908	-68 395	85 646	138893
Resultado líquido do período	11 326	162 148	53 248	81714
PASSIVO NÃO CORRENTE	26 503	10 802	3 655	249 274
Financiamentos obtidos				245 000
Provisões	26 503	10 802	3 655	4274
PASSIVO CORRENTE	490 282	522 593	547 677	638 761
Fornecedores	26 175	42 359	39 712	34951
Adiantamentos de clientes	1 352	1 858	3 235	2173
Estado e outros entes públicos	9 699	11 705	13 190	15888
Accionistas/sócios	5 322	5 322	5 322	5322
Financiamentos obtidos	30 976	26 725	31 061	68912
Outras contas a pagar	398 098	422 101	444 427	505833
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros	11 159	6 332	6 096	1259
Provisões				
Diferimentos	7 501	6 191	4 634	4423
TOTAL PASSIVO	516 785	533 395	551 332	888 035
CAPITAL PRÓPRIO & PASSIVO	1 211 897	1 390 654	1 461 839	1 880 257



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
RUBRICAS	2018	2019	2020	2021
Vendas e Prestações de serviços	267 411	336 313	247 817	267866
Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos subcontratos	31 818	142 443	95 697	146533
			5 132	16372
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	21 275	38 751	13 923	25791
MB	277 954	440 005	329 591	#####
Fornecimentos e serviços externos	65 214	85 105	65 363	86975
VA	212 740	354 900	264 228	#####
Gastos com o pessoal	182 893	195 153	220 934	232 451
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	27 266	20 689	3 188	
Provisões (aumentos/reduções)		13 089	7 382	4 218
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor		2 237	1 119	1 119
Outros rendimentos e ganhos		36 497	36 190	58 472
Outros gastos e perdas		12 908	13 963	11 629
EBITDA	57 113	177 973	70 833	#####
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		18 173	14 150	22 821
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciáv	0	0	0	
EBIT	57 113	159 800	56 683	82 169
Juros e ganhos similares Obtidos		2 855	2 273	389
Juros e perdas similares suportados		507	576	843
RAI	57 113	162 148	58 379	81 715
Imposto sobre o rendimento do período		35 673	11 714	
RL	57 113	126 475	46 665	81 715